

UMA "INCLUSÃO EXCLUDENTE": CONDIÇÕES DE VIDA E CIDADANIA DA POPULAÇÃO NEGRA POR MEIO DE ÍNDICES SOCIAIS E ECONÔMICOS NO BRASIL

Marcelo Góes Tavares¹

Tatiana Iris Lima de Holanda²

Julianna Krizan Rodrigues Teixeira³

Gabriella Fauth Baum de Oliveira⁴

Serviço Social



cadernos de
graduação

ciências humanas e sociais | FHS

ISSN IMPRESSO 2317-1693

ISSN ELETRÔNICO 2316-672X

RESUMO

Este artigo tem como objetivo uma análise de índices sociais e econômicos no Brasil contemporâneo de modo a evidenciar nestes, condições de vida e posição social da população negra em nossa sociedade. Foram coletados dados referentes às populações negras e brancas, dando ênfase para as capitais com população "predominantemente negras" e "predominantemente brancas" e seus respectivos IDH's. A análise desses dados foi balizada por uma problematização sobre as relações étnico-raciais no Brasil partindo da constatação do paradoxo inclusão/exclusão. Entendemos que este paradoxo é resultante do modelo de sociedade capitalista e do próprio processo sócio-histórico de construção do Brasil marcado pela experiência da escravidão. Mesmo após a abolição desse regime de trabalho, nossa sociedade ficou marcada na contemporaneidade por um legado de profundas desigualdades sociais entre negros e brancos, apesar do pressuposto democrático de igualdade de oportunidades e direitos. Desse modo, um estudo comparativo de índices sociais que refletem as condições sociais de negros e brancos em nossa sociedade é salutar para compreensão de nossas relações étnico-raciais e cidadania.

PALAVRAS-CHAVE

Negro Inclusão-exclusão. Índices sociais. Cidadania.

ABSTRACT

This article aims at an analysis of social and economic indices in contemporary Brazil in order to identify these, living conditions and social position of black population in our society. Data were collected related to the black and white populations, with emphasis on state capitals with "predominantly black" and "predominantly white" and their IDH's population. The data analysis was limited by a problematization of ethnic-racial relations in Brazil based on the finding of the paradox inclusion / exclusion. We understand that this paradox is the result of the capitalist model of society and the socio-historical process of construction of Brazil itself marked by the experience of slavery. Even after the abolition of this scheme work, our society was marked in contemporary times by a legacy of deep social inequalities between blacks and whites, despite the democratic assumption of equal opportunities and rights. Thus, a comparative study of social indicators that reflect the social conditions of blacks and whites in our society is beneficial to our understanding of racial-ethnic relations and citizenship.

KEYWORDS

Black Population Inclusion-exclusion. Social Indices. Citizenship.

1 INTRODUÇÃO

Não é difícil ouvir relatos sobre como o preconceito e o racismo ainda estão presentes em opiniões de pessoas, posicionamentos políticos e práticas sociais no Brasil. Esse preconceito pode ser percebido em posicionamentos etnocêntricos, intolerância religiosa, homofobia, condição socioeconômica e cor da pele, entre tantas outras formas de intolerância e desrespeito à condição humana. Evidencia-se em notícias de jornais impressos ou televisivos, assim como em outros meios de comunicação onde é exposto que cada vez mais homens negros são mortos, ou que cada vez mais pessoas são discriminadas pela cor da sua pele ou por sua condição socioeconômica. Ambas as situações atingem pessoas afrodescendentes cujas condições de vida são precárias, fato este que limita suas possibilidades de exercício da cidadania e conquista de melhor situação de renda.

Durante o semestre letivo de 2013.2 a constatação dessa realidade social permeou os conteúdos trabalhados na disciplina de *Cultura e relações étnico-raciais no Brasil*, ofertada no curso de Psicologia da Faculdade Integrada Tiradentes – FITS, suscitando a formulação de temas geradores capazes de possibilitar a problematização sobre a relação entre questões étnicas e cidadania.

Entre os temas, utilizou-se o paradoxo inclusão/exclusão para debater as condições de vida da população afrodescendente no Brasil. Para Sawaia (2010), o termo “exclusão” produz uma ambiguidade de sentidos cuja análise deve buscar a compreensão das formas de coesão social. Ser excluído não implica necessariamente estar fora da sociedade, mas trata-se de uma “inclusão perversa” cuja coesão se dá pelo cerceamento de princípios de igualdade e da própria cidadania. Embora todos sejam inclusos na sociedade, o termo “exclusão”, usado para designar a situação de expressiva parcela da população brasileira, remete à condição de marginalização social marcada pela desigualdade de oportunidades econômicas, por precárias condições de vida, pela violência, pelas dificuldades de acesso à educação e formação profissional, pela não garantia de um exercício pleno das prerrogativas da cidadania, e, sobretudo pelo preconceito que atinge as populações afrodescendentes em meio a toda essa realidade.

Portanto, há de se trabalhar a dialética exclusão/inclusão, reconhecendo que a desigualdade, embora perversa, também, é uma forma de coesão social. Não se tem aqui a intenção de naturalizar a exclusão, mas problematizá-la como um processo sócio-histórico. Nesse sentido, o presente artigo resulta de pesquisas e debates realizados pelos discentes e professor dessa disciplina, levando em consideração o entrecruzamento entre o passado histórico brasileiro marcado pela escravidão e as atuais circunstâncias sociais das populações afrodescendentes. Os temas geradores e seus respectivos debates, também, foram norteados por dados pesquisados em diferentes fontes capazes de expressarem paradoxos existentes na sociedade brasileira no tocante às políticas públicas que possuem como objetivo a inclusão e reparação social a partir do reconhecimento da condição de “excluído”.

Em pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA⁵ (2013) com base nos dados do O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre mortalidade no Brasil foi constatado que Alagoas é o estado onde mais se mata homens negros. Trata-se de uma realidade exposta nos meios de comunicação e naturalizada por meio da banalização da violência, da desigualdade social e da pobreza. Ao se cruzar essa realidade com índices estatísticos referentes a mortalidade, pode-se perceber que as desigualdades sociais que marcam as condições de vida da população negra no Brasil são preponderantes, constatando-se sua profunda relação com questões como preconceito e condição socioeconômica. Portanto, o racismo não deve ser desconsiderado quando analisadas as circunstâncias sociais dos homicídios entre negros e não negros.

Diversas ações afirmativas foram e tem sido criadas, com objetivo de assegurar a inclusão social da população negra, reduzir os índices de mortes por homicídio na juventude negra, combater o preconceito racial, e fomentar formas de inserção

5 Resultados parciais da pesquisa disponíveis em: <<http://aquiacontece.com.br/noticia/2013/11/19/alagoas-e-o-estado-brasileiro-onde-mais-se-matam-homens-negros>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

do negro no mercado de trabalho. Pode-se citar entre essas ações, desde campanhas publicitárias que valorizam os negros e suas referências histórico-culturais até a elaboração de leis com efeito de políticas de estado. Entre estas, destaca-se a Lei Caó (Lei nº 7437/85) que classifica o racismo como crime e prevê penas para a discriminação contra negros, a Lei 10.639/2003 que prevê a obrigatoriedade de temas referentes à História e Cultura Afrobrasileira e Africana no currículo escolar e no ensino superior, e mais recentemente a Lei Nº 12.288/2010, também conhecida como Estatuto da Igualdade Racial. Apesar de todas essas ações políticas, ainda assim os negros continuam marginalizados na sociedade.

Apesar da escravidão que tanto foi perversa ao negro e foi abolida em 1888, hoje é a desigualdade social que cerceia os negros com correntes invisíveis, colocando-o em uma condição de marginalização social e não efetivação de direitos e cidadania. Sua discriminação e marginalização social na contemporaneidade ocorrem a partir de sua condição étnica-racial e situações socioeconômicas as quais serão analisadas a seguir.

2 O NEGRO CONTEMPORÂNEO: ESCRAVIDÃO ABOLIDA E CIDADANIA CONQUISTADA?

Entre os séculos XVI e XIX, ocorreu uma grande migração de negros para o Brasil, consistindo essa como um processo de importação de trabalhadores. Foi uma experiência histórica marcada, sobretudo, pela submissão do negro por meio da escravidão. Os negros eram usados como força de trabalho compulsório, servindo para todo tipo de atividade dentro e fora das casas grandes, nos ambientes dos engenhos, das cidades e das minas. O tráfico de escravos negros tinha uma conotação capitalista, transformando essa força de trabalho em mercadoria, com valor econômico objetivando o lucro, seja pela sua venda ou pelo seu trabalho. Eram vendidos ou trocados, de acordo com as demandas produtivas e de seus senhores. Os negros viviam em função da elite da época, e como expõe André João Antonil (apud MOTA, 2004, p. 62) serviam como mãos e pés do senhor, sendo amplamente utilizados nos engenhos de açúcar, nas minas, e no século XIX nas fazendas de café.

A abolição da escravatura somente ocorreu em 1888, por meio da Lei Áurea, pela qual foi concedida liberdade aos negros pondo um fim à legalidade do regime de trabalho escravo. O Brasil foi o último país no continente americano a abolir a escravidão. Para Zamparoni (1995) o Brasil conta, atualmente, com a segunda maior população de negros no mundo, perdendo apenas para a Nigéria na África. Esse histórico de migração da população negra para o Brasil para atender às necessidades do trabalho compulsório aqui empregado em diversas atividades econômicas no passado provocou profundas marcas para a condição do negro na contemporaneidade.

A Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural ao analisar dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁶ evidenciou que um negro com a mesma qualificação de um branco chega a receber um terço a menos do salário pago ao branco. Mesmo com a implantação de ações afirmativas, o gradativo aumento do salário mínimo no Brasil e com o sistema de cotas para negros, a desigualdade em relação à população branca ainda cresce.

De acordo com o Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (2008), uma capital com população majoritariamente negra, a população negra economicamente ativa somava 1,574 milhão de pessoas, equivalendo a 86,6% da força de trabalho. No entanto, essa parcela da população ainda encontra muitas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, pois 90,4% dos desempregados são negros. Entre os que se encontram empregados, a maioria trabalha no setor da construção civil e nos serviços domésticos, setores estes onde existe uma maior ausência de proteção social, as jornadas de trabalho são mais extensas, e no caso da construção civil há uma elevada rotatividade. Observa-se, também, que para os negros, os rendimentos médios são sempre menores e essa diferença revela a dificuldade enfrentada por eles em relação ao acesso a serviços de educação e saúde, e na constante discriminação que sofrem.

Em análise realizada durante o II Fórum Nacional pela Visibilidade Negra no Sistema Financeiro (CONTRAF, 2013) realizado em 2013, foi constatado que mesmo com a cota para negros e o aumento dessa população nas universidades, muitos abandonam os estudos por não terem renda suficiente para alimentação, material escolar e transporte. Mesmo após a implantação pelo Governo Federal do Programa Universidade para Todos (Prouni)⁷, a porcentagem do número de alunos bolsistas brancos é de 34% superior ao número de bolsistas negros. Além da questão da educação, é importante ficar atento para a questão da pobreza e miséria que ainda assolam o país. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil, as crianças negras têm 70% de chance a mais de viver na pobreza que uma criança branca. Bem como questões relacionadas à violência das mais diversas formas que, também, se apresentam em maior incidência no cotidiano da população negra.

6 Disponível em: <http://www.afrobras.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=110:pesquisa-aponta-que-desigualdade-de-renda-entre-negros-e-brancos-ainda-e-enorme&catid=38:pesquisas&Itemid=73>. Acesso em: 19 nov. 2013.

7 Implantado a partir de 2004, este programa social prevê concessão de bolsas integrais e parciais em instituições de ensino superior privada. Para maiores informações sobre o programa, acessar <http://prouniportal.mec.gov.br/>.

3 AS DESIGUALDES SOCIAIS E ECONÔMICAS ENTRE NEGROS E BRANCOS POR MEIO DA ANÁLISE DOS ÍNDICES ESTATÍSTICOS

Definir o grau de desenvolvimento de uma cidade ou sociedade vai além dos números que correspondem à economia. A educação, a renda e a saúde, também, são importantes indicadores para medir o grau de desenvolvimento de um lugar. O IBGE realiza sistematicamente a cada 10 anos censos para medir em números a população brasileira, dividindo as correlações entre renda, educação, saúde, índice de mortalidade e natalidade, entre outros que possam refletir as condições de vida.

O Censo de 2010, último realizado pelo IBGE, revelou um panorama atualizado da sociedade brasileira. Porém, diante da velocidade das mudanças de ordem econômica e social que se vive neste mundo globalizado, também, é necessária a análise de dados medidos em uma periodicidade de tempo menor, de modo a acompanhar e analisar as dimensões dessas mudanças. Nesse sentido, utilizam-se os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) que confeccionou o *Atlas Brasil 2013* apresentando índices atualizados sobre o desenvolvimento humano por município no Brasil e o *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil de 2009-2010* produzido por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desse modo, foi possível ter um olhar mais preciso sobre a condição social e de vida do negro em na sociedade.

Nesse sentido, foram selecionados dados da composição demográfica e índices de desenvolvimento humano (IDH), comparando as capitais em que estes índices são mais expressivos. Em seguida, comparam-se a população por etnia (branca e negra) e por IDH. Apresentam uma população predominantemente branca; as capitais: Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR). Entre as capitais que possuíam uma maior incidência de população negra, identificam-se: Salvador (BA), Belém (PA) e Manaus (AM). A seleção desses dados permitiu um cruzamento entre o nível do IDH e a incidência de negros ou brancos por cidade selecionada, analisando suas possíveis relações.

IDH POR CAPITAIS COM MAIOR INCIDÊNCIA DE POPULAÇÃO NEGRA E BRANCA			
CAPITAL	IDH POR MUNICÍPIO	IDH POR RENDA	IDH POR EDUCAÇÃO
Florianópolis	0,847	0,870	0,800
Porto Alegre	0,805	0,867	0,702
Curitiba	0,823	0,850	0,768
Salvador	0,759	0,772	0,679
Manaus	0,737	0,738	0,658
Belém	0,746	0,751	0,673

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) / Atlas Brasil 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/ranking-idhm-2010.pdf>>.

Os índices que correspondem ao desenvolvimento humano (IDH) são calculados numericamente de 0 a 1. O numeral zero corresponde a nenhum desenvolvimento humano, enquanto o numeral um corresponde ao desenvolvimento humano total. Ou seja, quanto mais um município tem seu IDH próximo de 1, mais desenvolvido ele é.

Ao comparar os índices das 6 capitais com maior incidência de população negra e branca, foi possível identificar as disparidades entre os índices de desenvolvimento humano. As capitais que apresentaram uma maior população negra, também, possuem menores IDH, seja por município, renda ou educação. Enquanto as “capitais populacionalmente mais brancas” encabeçam os rankings de maior IDH. Salvador, Manaus e Belém são menos desenvolvidas do ponto de vista social comparadas a Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis, bem como são menos favorecidas em relação à educação e renda.

De acordo com o *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil de 2009-2010*, é possível visualizar a incidência de analfabetismo no Brasil entre as populações brancas e negras. A faixa etária que se tomou como exemplo para analisar essa situação, é a de 15 anos de idade no ano de 2008. Nessa, a população branca é apresentada com o índice de analfabetismo de 6,2 no total. Enquanto na população negra é de 13,6 no total. Já o censo de 2010 do IBGE mostra que, a taxa de analfabetismo entre pessoas negras e pardas de 15 ou mais anos de idade é de 14,4% e 13,0%, respectivamente, contra 5,9% dos brancos. A população branca é a mais alfabetizada em nosso país.

Perpassando a questão da violência e dados sobre mortes por homicídios entre negros e brancos em ambos os sexos, ao se analisar o *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil de 2009-2010*, constata-se que os números que refletem as condições sociais dos negros, também, são desfavoráveis. Morte por homicídio para os brancos durante o período pesquisado foi apresentado em torno de 14,3 enquanto para os negros a diferença é gritante, pois o índice aponta um número de 47,7.

Na questão econômica, a idade em que se iniciam a vida profissional e inserção em atividades laborais, também, merece destaque. De maneira geral os negros iniciam mais cedo sua vida profissional quando comparados com os brancos. No ano de 2008, segundo o *Censo 2010*, até os 9 anos de idade o índice para brancos era de 10,0 enquanto para negros era de 13,0. Ou seja, há mais crianças negras com até 9 anos de idade sendo inseridas no mercado de trabalho. Em relação ao valor médio do rendimento mensal total nominal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ainda segundo o *Censo de 2010*, o valor médio para os brancos é de R\$ 1.538,00 enquanto para a população negra é de R\$ 834,00 e para os pardos R\$ 845,00. Os menores valores estão na região nordeste, com R\$ 1.113,00 para os brancos, R\$ 652,00 para os negros e R\$ 674,00 para os pardos. Nesse indicador econômico e social opta-se por, também, dar visibilidade à condição do sujeito que se identifica no censo como pardo, sendo este pardo uma designação sem critérios precisos para definição étnica. Em muitos casos o que é nomeado pardo pode ser também nomeado negro, a depender do grau de pigmentação negra da pele. Pode-se, também, considerar o sujeito pardo como resultado do processo de miscigenação na formação populacional brasileira ao longo de sua história. No Nordeste do Brasil, região que recebeu grandes contingentes de população negra durante o período colonial e império, há certa predominância de negros e pardos, ambos em condições desfavoráveis do ponto de vista do valor médio de suas rendas oriundo de atividades profissionais.

De acordo com os dados dos censos demográficos do IBGE sistematizados na base de dados dos Indicadores e Dados Básicos (IDB) / Brasil 2012⁸, a taxa de trabalho infantil diminuiu bastante entre as populações negra e parda entre o período de 1991 até 2010. Em 1991, a taxa era de 17,11% para a população negra e 14,58% para a população parda. Já em 2010, a taxa ficou em 10,42% para negros e 9,84% para pardos. Isso mostra que, algumas ações afirmativas e a luta por efetivação de direitos para os negros já tem provocado efeitos positivos, sobretudo na década de 2000. Segundo o censo demográfico do IBGE em 1991, a taxa de desemprego para os negros de 16 anos ou mais era de 5,44%, para os pardos 5,53% e para os brancos 4,37%. Já em 2010, com os dados do censo mais atual, a taxa de desemprego é de 8,93% para os negros, 8,85% para os pardos, e para os brancos 6%. Isso mostra que com o passar dos anos a taxa de desemprego tem crescido principalmente para a população negra e parda.

8 BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores e Dados Básicos – IDB 2012**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

No tocante à saúde, segundo o *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil de 2009-2010*, a incidência de mortes de pessoas acometidas por tuberculose é maior entre os negros do que os brancos. O índice de morte de brancos com tuberculose no ano de 2007 foi de 1,625 enquanto de negros foi de 2,672. No que se refere aos planos de saúde privados na região Nordeste no ano de 2008, mulheres brancas que possuíam plano de saúde privado chegavam ao índice de 20,3 enquanto as mulheres negras correspondiam ao índice de 11,7. Essa tendência sobre o acesso a serviços privados de saúde, também, ocorre entre os homens, onde brancos possuíam índice de 18,0 e negros de 10,3 neste mesmo indicador.

Esses foram alguns dados estatísticos que demonstram a desigualdade social e racial no Brasil. Em um país como Brasil, com grandes disparidades na distribuição de renda entre negros e brancos, pode-se perceber que essa condição produz verdadeiros abismos decorrentes das condições sociais e econômicas. De maneira geral, os negros não conseguem ter acesso a serviços privados como tentativa de suprir a precariedade dos serviços públicos oferecidos pelo Estado como educação e saúde. Se na educação pública os negros já possuem menos acesso, na educação privada a restrição é ainda maior. Os índices sociais e estatísticos revelam o quanto as amarras e heranças da escravidão se encontram presentes na realidade social e étnica brasileira, contribuindo para uma realidade da população negra em condição de trabalho precarizado, violência, miséria, baixa renda e escolaridade.

4 O PARADOXO DA INCLUSÃO EXCLUDENTE

Valendo-se da perspectiva sociológica de Karl Marx, crítico da sociedade de classes e do capitalismo, demonstrando ser “a história do homem a própria história da luta de classes”, pode-se aferir que a condição social do negro no Brasil é resultado do processo de desenvolvimento do sistema capitalista, sobretudo a partir da colonização marcada pela escravidão e migração forçada de milhares de negros escravos. Para Marx, ao longo da história da humanidade, sempre houve a exploração do homem pelo homem, de uma classe detentora da riqueza e meios de produção sobre a outra desprovida e destinada ao trabalho. Desse modo, de um lado, diferencia-se socialmente o segmento que se vale dos bens e do poder, e do outro lado o segmento usado como força de trabalho. Com isso, têm-se os negros como força de trabalho, explorados historicamente em prol do desenvolvimento capitalista, como escravos durante mais de três séculos de história no Brasil. Na contemporaneidade brasileira, há esforços políticos em torno de medidas de reparação dos danos históricos a essa população, entre as quais, as ações afirmativas.

Segundo Nascimento (2013), as políticas afirmativas surgiram no Brasil nos anos 1990 com o objetivo de assegurar os direitos negados aos negros, deficientes físicos e mulheres. De maneira geral, tais políticas fazem parte de um programa de ações

afirmativas direcionadas ao combate do preconceito, para o fomento à construção da igualdade e da inclusão social, e promoção da cidadania.

[...] as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES; SILVA, 2003, p. 94).

No Brasil, uma das ações afirmativas mais conhecidas refere-se à disponibilidade de cotas para negros e afrodescendentes no acesso ao ensino superior. Mas como pensar na inserção de um jovem, cuja dificuldade de acesso à universidade não seja necessariamente sua condição étnica, mas sua precária formação educacional advinda do ensino público? O Estado se vale dessas medidas “temporárias e especiais” para amenizar as mazelas que se instauram na sociedade em virtude da precariedade da educação pública. Ora, mas se houvesse uma boa educação de base, precisaria de cotas? E ainda assim, por que cotas para negros? A intenção pode ser de inclusão, mas é possível notar que essa forma de inclusão, também, gera outras formas de exclusão ao usar a cor da pele como critério para a conquista de uma vaga na universidade pública.

Não se aponta essa polêmica para marcar nossos posicionamentos a favor ou contra o sistema de cotas, mas para demonstrar que as relações étnico raciais perpassam questões que vão além da cor da pele. Para Kaufmann (2007), a análise sobre as políticas afirmativas adotadas no Brasil não devem ser somente por meio de ações afirmativas como as cotas e as críticas que estas sofrem em si, mas pela forma como elas são aplicadas. O que é passível de crítica é o fato de que para resolver problemas brasileiros, usa-se um modelo com inspiração norte-americana cuja prática incorreu na radical segregação e acirramento da violência nas relações étnico-raciais. No Brasil republicano não houve uma segregação racial legalizada do ponto de vista jurídico como ocorreu nos Estados Unidos. Os paradigmas a serem analisados no Brasil para a inspiração de ações afirmativas devem ser outros. Segundo Kaufmann (2007), é necessário que se observe o que impede a integração do negro à sociedade.

Deve haver uma correlação entre raça e classe social, para que as medidas afirmativas no Brasil surjam para aplacar os problemas que nos são próprios e que verdadeiramente impedem a ascensão do negro às posições mais favoráveis do mercado de trabalho e na Universidade, em vez de querer combater nossas mazelas com remédios fabricados por outras doenças. Doença norte-americana, talvez (KAUFMANN, 2007, p. ?).

No Brasil não é a cor da pele que deve determinar a aprovação no vestibular ou qualquer outro sistema de ingresso nas universidades públicas, mas a igualdade de condições de formação educacional de qualidade, independente das condições financeiras para o financiamento de boas escolas nos níveis fundamental e médio. Por outro lado, o que se constata é que de forma expressiva, os negros possuem menos acesso à educação, possuem baixa escolaridade, e quando tem acesso é por meio dos serviços educacionais precarizados e ofertados pelo Estado. Esses fatores são determinantes sobre a desigualdade nas condições de acesso às universidades públicas. Logo, as cotas para negros não resolvem necessariamente o problema, mas estimula o racismo e maior exclusão de outros sujeitos não contemplados nesse sistema de cotas. Para Foucault (apud SAWAIA 2010, p. 109) a respeito da dialética exclusão/inclusão, a inclusão social é o processo de disciplinarização dos excluídos, ou seja, é um processo de controle social que, também, permite a manutenção de uma desigualdade.

A exclusão e inclusão são um par dialético cujo conteúdo só é revelado se a abordagem for feita em conjunto e não isoladamente por um dos polos – incluir x excluir. Esta contradição não se resolve por um dos polos. A solução da inclusão ou exclusão não se dá intrinsecamente por um destes polos, mas sim, pela resolução da contradição fundamental, a contradição entre trabalho e capital (FREITAS apud SANTIAGO, 2013, p. 4).

O que é, então, um excluído em nossa sociedade capitalista e mundo do trabalho? Em diálogo com Blatt (2006), deve-se, também, questionar se a inclusão de alguém em condições desfavoráveis na educação superior e no mercado de trabalho, como o sistema de cotas, não é uma forma de exclusão? São questionamentos que provocam inquietações diante do crescente nível de desigualdade social demonstrado por meio de diversos índices como IDH, renda, nível de escolaridade, acesso à educação básica, inserção no mercado de trabalho, entre outros fatores como a escassez de investimentos na educação pública onde o estudante negro está presente de forma expressiva.

E do mesmo modo, também, não se pode usar o discurso de que os grandes avanços tecnológicos e científicos são capazes de sanarem as mazelas da sociedade, em especial aquelas relacionadas às relações étnico raciais. Ao contrário, os dados estatísticos recentes confirmam o descompasso entre aspectos econômicos e sociais, e as desigualdades de oportunidades entre negros e brancos, apesar de se viverem todos em um mundo da informação e do acesso às tecnologias. Desse modo, o discurso da inclusão social ganha força política, sobretudo em cenários de agravamento de crises econômicas.

A sociedade brasileira foi construída e marcada pelo paradigma da exclusão. Segundo Blatt (2006), o discurso de eliminação das fronteiras e a garantia de oportunidades iguais é uma estratégia de ação política e social utilizada pelos governos. Com isso, pode-se destacar que desde os tempos de colonização até a dominação capitalista atual, essa questão da exclusão é pautada nas desigualdades e injustiças que fazem parte da estrutura social, resultante do capitalismo e suas formas de reprodução social. E do mesmo modo, ao se analisar as tentativas de inclusão por meio de políticas afirmativas, não se pode perder de vista que estas são medidas paliativas que, também, contribuem para manutenção de formas de exclusão por meio da disciplinarização dos negros considerados outrora subalternos, constituindo-se como ações de caráter emergencial cujo intuito é amenizar a dor destes que vivem na marginalidade social, na pobreza e desigualdade de oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade capitalista é naturalmente excludente, dificultando o acesso de grande parte da população ao trabalho e as riquezas geradas. Para Jodelet (in SAWAIA, 2010), ao se tratar de exclusões socialmente produzidas, a Psicologia Social deve compreender de que maneira as pessoas e os grupos são socialmente construídos como uma categoria, podendo ser incluídos ou excluídos na sociedade.

Desse modo, é pertinente seu questionamento sobre os processos psicossociais da exclusão:

[...] o que é que faz com que em sociedades que cultuam valores democráticos e igualitários, as pessoas sejam levadas a aceitar a injustiça, a adotar ou tolerar frente àqueles que não são seus pares ou como eles, práticas de discriminação que os excluem (JODELET in: SAWAIA, 2010, p. 54).

Para compreender este processo de exclusão como uma construção social, a Psicologia utiliza diversas categorias analíticas como discriminação, identidade social, preconceito, ideologia, discursos, entre outros que nos auxiliam na compreensão da problemática das relações étnico-raciais no Brasil e condições psicossociais de sujeitos como negros ou brancos que vivem e convivem na sociedade brasileira.

Embora o negro escravo no passado tenha conquistado juridicamente a liberdade com a abolição da escravatura no Brasil, sua condição de exclusão ainda não foi superada. Sua marginalização social é provocada pela própria lógica capitalista. A exclusão social do negro, também, atende a interesses de classes, na medida em que evidencia sentimentos de incompatibilidade entre os interesses coletivos de inclusão e o temor de que o fim da desigualdade de oportunidades possa afetar posições de segmentos sociais privilegiados na sociedade brasileira.

Afirma-se desse modo, uma hierarquia social capaz de assegurar a formação de força de trabalho para funções como lavadeiras, domésticas, cobradores de ônibus, pedreiros, garis, trabalhadores braçais, pedreiros, entre outras diversas atividades que constitui a classe trabalhadora e que tem dificuldades de se dedicar a outras atividades além de sua sobrevivência. Gradativamente os negros formaram uma classe de trabalhadores que ficaram à margem, constituindo-se, também, no presente como uma classe subalterna, tendo aprofundado ainda mais sua condição de “discriminado”.

Por outro lado, é importante lembrar que essa mesma sociedade que exclui, também, oferece condições de mobilidade e ascensão social. É inegável que ao longo da história negros conseguiram uma abertura no mercado de trabalho e em certos casos até ascender socialmente como os casos do juiz do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa ou o ex-jogador de futebol Pelé. São exemplos que acendem a esperança das possibilidades de ascensão, embora difícil de ser alcançada ou mesmo situações raras que não se constituem como regra na sociedade brasileira. Quando se leva em consideração a maior parte da população negra no Brasil, pode-se constatar que os índices sociais e econômicos ainda demonstram sua desfavorável condição de vida, refletindo a desigualdade de renda e oportunidades, fato este que leva o Estado à elaboração de leis e políticas segmentadas a essa população e problema social, a exemplo das políticas afirmativas.

Embora se reconheça a importância destas no Brasil, sobretudo diante do cenário de desigualdades de condições sociais e econômicas entre negros e brancos, também, deve-se ter a consciência que não é possível uma efetiva inclusão com medidas excludentes que demarcam ainda mais as diferenças. Ao contrário, permite-se provocar o acirramento do preconceito. Não dá para se valer da inclusão enquanto as condições para tal são desfavoráveis, direcionando esforços apenas para um segmento social. Deve-se, também, ter como política, entre vários segmentos e problemas, a superação da precariedade na educação pública. Do contrário, o resultado gerado continuará sendo a exclusão social e os baixos IDH's a exemplo das cidades brasileiras com maior incidência de população negra.

O preconceito e discriminação contra o negro o desqualifica moralmente, fere sua condição psicológica, dificulta sua inserção no mercado de trabalho, o desfavorece nos aspectos econômicos e sociais, interferindo nas suas condições de vida em diferentes aspectos. Embora a liberdade tenha sido juridicamente conquistada no fim do século XIX, leis contra o preconceito e políticas afirmativas tenham sido institucionalizadas no fim do século XX, outros desafios como a efetivação dos princípios constitucionais e o acesso aos direitos sociais são postos na sociedade para o século XXI na medida em que o preconceito e o processo de marginalização social ainda são fortes amarras para uma condição mais digna e cidadã do negro no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS É O ESTADO BRASILEIRO ONDE MAIS SE MATAM HOMENS NEGROS. Disponível em: <<http://aquiacontece.com.br/noticia/2013/11/19/alagoas-e-o-estado-brasileiro-onde-mais-se-matam-homens-negros>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

BLATT, I. **A Universidade do século XXI**: lugar de exclusão ou inclusão social? Disponível em: <http://www.unirevista.unisinios.br/_pdf/UNirev_Blatt.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores e Dados Básicos – IDB 2012**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2013

CONTRAF. **Desigualdades entre negros e brancos crescem, aponta II Forum Nacional**. Disponível em: <<http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=36468>>. Acesso em: 9 fev. 2014.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Infância e adolescência no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA; Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego. **A situação dos negros no mercado de trabalho da região metropolitana de Salvador**. Nov. 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/2008/2008pednegrossa.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores sociais municipais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2013

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. Ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. In: **Série Cadernos do CEJ**. Seminário internacional - as minorias e o direito, v.24, Ano 2003. Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/revista/SerieCadernos/Vol24/artigo04.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

MOTA, L. D. **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico, 4.ed. São Paulo: Senac, 2004.

NASCIMENTO, J. **Ações afirmativas e políticas públicas de inclusão social**. Disponível em: <<http://meuartigo.brasile scola.com/sociologia/acoes-afirmativas-politicas-publicas-inclusao-social.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

PAIXÃO, M.; ROSSETTO, I.; MONTOVANELE, F; CARVANO, L. M. (Orgs.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil**. 2009-2010. Disponível em: <http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/relatorios%20pdf/Relat%C3%B3rio_2009-2010.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

PNUD. **Atlas Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/ranking-idhm-2010.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

SANTIAGO, M. E. É possível uma sociedade sem exclusão? Disponível em: <<http://www.ipfp.pt/cdrom/Pain%E9is%20Dial%F3gicos/Painel%20B%20-%20Sociedade%20sem%20exclus%E3o/elietesantiago.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SOCIEDADE AFROBRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO CULTURAL. **Pesquisa aponta que desigualdade de renda entre negros e brancos ainda é enorme**. Disponível em: <http://www.afrobras.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=110:pesquisa-aponta-que-desigualdade-de-renda-entre-negros-e-brancos-ainda-e-enorme&catid=38:pesquisas&Itemid=73>. Acesso em: 19 nov. 2013.

ZAMPARONI, V. Estudos africanos no Brasil: Veredas. **Revista de Educação Pública**, 1995. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=522>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

Data do recebimento: 21 de fevereiro de 2014

Data da avaliação: 21 de fevereiro de 2014

Data de aceite: 21 de fevereiro de 2014

1 Historiador, Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE na linha de pesquisa de Cultura e Memória e Mestre em História pela Universidade de Brasília – UnB na linha de pesquisa de História Cultural. É docente na Faculdade Integrada Tiradentes – FITS. Dedicar-se a estudos sobre Brasil República, memória, trabalho, cultura, relações étnico raciais, estado de exceção, e patrimônio. E-mail: marce_goes@hotmail.com.

2 Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Integrada Tiradentes – FITS.
E-mail: tatianaholanda1@hotmail.com

3 Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Integrada Tiradentes – FITS.

4 Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Integrada Tiradentes – FITS.
E-mail: gabfauth@hotmail.com